

ATA DE ABERTURA DE LIVRO

Aos _____, na sede da empresa _____,
inscrita no CNPJ sob nº _____, situada à
_____,

foi realizada a presente Ata de Abertura de Livro, para registro das reuniões e assembleias,
conforme disposições legais vigentes e estatutárias.

Estiveram presentes os seguintes membros da diretoria e sócios:

ORDEM DO DIA:

1. Abertura do livro para registro das assembleias e reuniões;
2. Definição de regras para assinatura e autenticação das atas;
3. Estabelecimento de responsabilidades para manutenção do livro;
4. Outros assuntos pertinentes.

DELIBERAÇÕES:

1. Fica aberto o presente livro para registro de todas as assembleias gerais ordinárias, extraordinárias, reuniões de sócios e demais atos societários, conforme previsto em lei e no contrato social.
2. As atas deverão ser assinadas por todos os presentes e, quando aplicável, pelo presidente da reunião, secretário e demais participantes, para garantir validade jurídica.
3. O livro deverá ser autenticado em órgão competente, conforme legislação aplicável, antes do seu uso.
4. A administração da empresa será responsável pela guarda e conservação do livro, assegurando seu uso exclusivo para fins legais e societários.
5. Fica estabelecido que quaisquer alterações no contrato social ou decisões relevantes serão devidamente registradas neste livro, garantindo a transparência e conformidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Nome e assinatura do Presidente

Nome e assinatura do Secretário

Nome e assinatura do Sócio 1

Nome e assinatura do Sócio 2

Local: _____

Assinatura do responsável pela empresa: _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/abertura-de-livro-ata/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.